



Assembleia de Freguesia de Santa Cruz

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Marcelo Matos

Ata 2025/5

Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2025

Local de realização: Sede da Junta de Freguesia



Mauanglathiny

Assembleia de Freguesia de Santa Cruz

Ata 2025/5

Ordinária

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nos termos do art.º 11.º e 12.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, reuniu pelas vinte horas e dez minutos, em sessão Ordinária, a Assembleia de Autarquia de Freguesia de Santa Cruz, na Sede da Junta de Freguesia, com as presenças dos membros, Presidente Filipe André de Jesus Freitas, Primeira Secretária Mariana de Sousa Martins, Segunda Secretária Elsa Cristina Fernandes Teixeira, Membro eleito à Assembleia de Freguesia Fábio Silva Pires, Membro eleito à Assembleia de Freguesia Lisandra Natércia Gouveia Teixeira, Membro eleito à Assembleia de Freguesia Janete José Vieira Da Silva, Membro eleito à Assembleia de Freguesia Ana Catarina Pereira Sol, Membro eleito à Assembleia de Freguesia Diogo José Teixeira Monteiro, Membro eleito à Assembleia de Freguesia Márcia José Fernandes Pestana, Membro eleito à Assembleia de Freguesia Oto Alexandre Perdigão Gouveia, Membro eleito à Assembleia de Freguesia Nuno Fernando Góis Vieira, Membro eleito à Assembleia de Freguesia Maria Manuela Ermeiro Da Silva Gonçalves, e falta do Membro eleito à Assembleia de Freguesia Paulo Renato Gomes Spínola, substituído pela Paulina Yelidza Vasconcelos Félix.

A representar o executivo da Junta de Freguesia estão presentes, o Presidente da Junta de Freguesia Rui Rodrigues Vieira e Tesoureira Maritza Moreira Abreu Pereira.

Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia de Freguesia, declarou aberta a reunião com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Proposta de Orçamento para o Ano Económico de 2026.
2. Apreciação e votação da Proposta do Plano de Atividades para o Ano Económico de 2026.
3. Apreciação nos termos da alínea e), do ponto 2, do artigo 9.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, das informações do Presidente da Junta acerca da atividade desta autarquia, desde 01 de setembro até 31 outubro 2025.
4. Período de intervenção do público.

Presente a Ordem de Trabalhos foram tomadas as seguintes resoluções acerca dos assuntos dela constantes.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Não houve inscrições.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Não foi apresentada qualquer intervenção escrita ou verbal referente aos membros do Assembleia;

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

01) PONTO UM DA ORDEM DO DIA:

Apreciação e votação da Proposta de Orçamento para o Ano Económico de 2026

O presidente da Assembleia passou a palavra ao presidente da Junta de Freguesia a fim de que este se pronunciasse sobre o orçamento para 2026. Ao tomar a palavra, o presidente da Junta, Rui Vieira, enfatizou a importância do orçamento, que reflete as opções políticas, financeiras e estratégicas do executivo, e pretende dar resposta às necessidades da população. No uso da palavra, afirmou que a proposta apresentada teve por base quatro princípios: responsabilidade orçamental, eficiência na gestão dos recursos públicos, proximidade aos



Assembleia de Freguesia de Santa Cruz

Ata 2025/5

Ordinária

cidadãos e valorização do território e da coesão social. Referiu ainda que o orçamento para 2026 ascende ao montante global de 303.050,00 € (trezentos e três mil e cinquenta euros), existindo um equilíbrio entre receita e despesa, que considera estar em perfeita consonância. Após a sua intervenção passou a palavra à tesoureira do executivo, Maritza Pereira, para que a mesma abordasse a parte técnica do orçamento. A tesoureira da Junta de Freguesia, Maritza Pereira, tomou a palavra referindo que o orçamento para o ano dois mil e vinte e seis da Junta de Freguesia de Santa Cruz (doravante JFSC) contempla receitas provenientes de diferentes fontes. A maioria da receita provem de transferências correntes. Apenas vinte e cinco por cento do financiamento é proveniente da Câmara Municipal de Santa Cruz (doravante denominada CMSC), dos Contratos interadministrativos de delegação de competências assinado entre a CMSC e a JFSC. Relativamente ao orçamento da despesa, a tesoureira afirmou que a Junta de Freguesia pretende continuar a desenvolver o trabalho contínuo desenvolvido até ao momento, apoiando as famílias e instituições da freguesia, através dos vários programas de apoio. Em termos de aquisição de bens e serviços para o funcionamento da freguesia, a Junta de Freguesia prevê ter disponível a verba de cento e três mil euros. No que diz respeito a transferências correntes estão previstos cerca de quarenta mil euros destinados a programas ocupacionais e a vários apoios concedidos, destacando o apoio aos alunos universitários, o apoio à aquisição de medicamentos, ao fornecimento de materiais para recuperação de habitações e o apoio à natalidade. Por fim, a tesoureira afirmou ainda que uma grande fatia deste orçamento, correspondente a cerca de quarenta e um por cento, é destinada a despesas com o pessoal e a todos os encargos inerentes. Findada a apresentação da proposta de orçamento, foi dado aos membros da Assembleia de Freguesia a oportunidade de esclarecerem qualquer questão que a mesma lhes pudesse suscitar. A eleita à Assembleia de Freguesia pelo partido Chega, Manuela Gonçalves, questionou, uma vez que oitenta por cento do orçamento seria para despesas correntes com pessoal e funcionamento, que medidas concretas de otimização de custos estariam previstas para evitar desperdício de recursos públicos e se a JFSC teria disponibilidade financeira para assegurar a necessidade de reforço de pessoal ou as atualizações remuneratórias previstas garantindo que estas respondem a necessidades reais da população e não a um crescimento indevido da máquina administrativa. O presidente da Junta, Rui Vieira, respondeu à questão enfatizando que os quinze mil euros de aumento face ao orçamento transato se destinam exatamente às progressões de carreira e aos aumentos salariais previstos para o mês de Janeiro de 2026. Acrescentou ainda que relativamente ao pessoal da JFSC, quatro estariam efetivos, estando um desses elementos destacado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira a exercer funções enquanto deputada. Para fazer face a esta situação, desde o ano transato que a JFSC possui um elemento com contrato de prestação de serviços. A eleita à Assembleia de Freguesia pelo partido Chega, Manuela Gonçalves, questionou também, uma vez que apenas vinte mil euros seriam destinados a investimento direto, se a JFSC não considerava que esse valor seria insuficiente para responder às carências de infraestruturas da Freguesia de Santa Cruz. O presidente da JFSC, Rui Vieira, retorquiu que estariam previstos cem mil euros para investimentos onde estariam contemplados os apoios às famílias, sociais, à renovação dos arruamentos, subentenda-se apoiar terceiros nos alargamentos de veredas contribuindo com material, e ainda investimentos nas áreas culturais e desportivas, incluindo os clubes escolares, a Banda Municipal de Santa Cruz, os Escuteiros e demais instituições. Não estando totalmente esclarecida, a eleita à Assembleia de Freguesia pelo partido Chega, voltou a indagar o executivo relativamente aos vinte mil euros na rubrica D6 referente a Aquisição de Bens de Capital. A tesoureira, Maritza Pereira, considerou oportuno explicar o método de atribuição de valores a cada rubrica. O membro eleito à Assembleia de Freguesia pela Coligação Mais Santa Cruz, Nuno Vieira, questionou qual o objetivo dos oito mil euros em suplementos e prémios nos encargos com o pessoal, uma vez que na administração pública não existem prémios. Questionou ainda o outro valor constante na mesma tabela, cinco mil e seiscentos euros relativos aos mesmos encargos. A tesoureira, considerou que estaria a falar do subsídio de insularidade mas rapidamente mencionou haver uma outra rubrica para esse efeito, tendo enfatizado que não obstante os valores questionados constarem no plano, os mesmos poderiam não



Mariana Martins

Assembleia de Freguesia de Santa Cruz

Ata 2025/5

Ordinária

ser utilizados. O membro eleito à Assembleia de Freguesia pela Coligação Mais Santa Cruz, Nuno Vieira, voltou a reforçar que sendo um valor tão avultado para a JFSC, cerca de treze mil e seiscentos euros, que deveríamos refletir sobre o modo como o iríamos gastar. A tesoureira, Maritza Pereira, reiterou que por constar na rúbrica não existe obrigatoriedade em gastar o valor referido, podendo o mesmo ser utilizado em caso de necessidade ou em situações de imprevisto. Exemplificando uma situação em que a JFSC recorreu a uma empresa de construção civil. Ainda em relação aos valores constantes nas rúbricas, o membro eleito à Assembleia de Freguesia pela Coligação Mais Santa Cruz, Nuno Vieira, questionou o executivo em relação ao valor de quarenta mil euros previstos para trabalhos especializados, que considerou serem para fazer face a essas situações de imprevisibilidade. O presidente da JFSC, Rui Vieira, afirmou que esses trabalhos dizem respeito a trabalhos que não podem ser realizados pelos funcionários da Junta e que necessitam de recorrer a entidades externas caso seja necessário. A eleita à Assembleia de Freguesia pela Coligação Mais Santa Cruz, Mariana Martins, questionou também se os encargos com a construção civil não se incluíam então nesta rúbrica e não na anterior uma vez que seria igualmente um trabalho que não seria passível de ser realizado pelo pessoal da Junta, O presidente da JFSC, Rui Vieira, discordou e afirmou que esses trabalhos especializados diriam respeito por exemplo à parte informática de gestão de redes, das aplicações. O membro eleito à Assembleia de Freguesia pela Coligação Mais Santa Cruz, Nuno Vieira, alertou para o facto de já existirem rúbricas específicas para isso. Assim como a existência de um valor de quatro mil euros para estudos, pareceres e projetos de consultoria. O presidente da JFSC, Rui Vieira, enfatizou que os valores constantes nas rúbricas não implicariam uma necessária utilização do valor e que só seriam utilizados em caso de necessidade. O membro eleito à Assembleia de Freguesia pela Coligação Mais Santa Cruz, Nuno Vieira, questionou o executivo se não seria melhor elaborar logo um orçamento mais rigoroso e ambicioso, canalizando alguns valores de determinadas rúbricas para outras. O presidente da JFSC, Rui Vieira, esclareceu que as rúbricas já estavam abertas e que o valor é apenas uma previsão e não implica um gasto obrigatório, podendo posteriormente canalizar esses valores para outras rúbricas. O presidente da Assembleia de Freguesia, Filipe Freitas, questionou se existiria mais alguma questão, tendo a eleita à Assembleia de Freguesia pelo partido Chega, Manuela Gonçalves, indagado o executivo sobre os apoios às famílias, concretamente sobre o apoio à natalidade, relativamente à existência ou não de alguma variação no montante do apoio dependendo se as famílias residem no centro ou nas zonas altas. O presidente da JFSC, Rui Vieira, esclareceu que existe um regulamento próprio e que o valor é sempre igual. A eleita à Assembleia de Freguesia pelo partido Chega, Manuela Gonçalves, questionou ainda se essas famílias poderiam beneficiar cumulativamente desse apoio e do apoio proveniente da Segurança Social. O presidente da JFSC, afirmou que o apoio em questão possui um regulamento próprio e que as famílias até podem receber outros apoios de outras instituições. Vendo a sua questão anterior esclarecida, a eleita à Assembleia de Freguesia pelo partido Chega, Manuela Gonçalves, indagou também o executivo acerca da possibilidade de os apoios às famílias dados pela JFSC não serem cumuláveis com os apoios às famílias dados pela CMSC. O presidente da JFSC, retorquiu que estaríamos na mesma linha do que os apoios dados aos estudantes universitários, em que a JFSC tem um regulamento próprio, tal como a CMSC tem um regulamento próprio e como também o Governo Regional tem um regulamento próprio, podendo o mesmo aluno beneficiar de todos os apoios. Acrescentou ainda que a rúbrica para o apoio à natalidade teria um valor variável atendendo ao número de nascimentos que teremos na freguesia. A eleita à Assembleia de Freguesia pela Coligação Mais Santa Cruz, Mariana Martins, questionou também o executivo em relação ao Orçamento Participativo Jovem e à existência ou não de um regulamento. O presidente da JFSC, Rui Vieira, esclareceu que o Orçamento Participativo Jovem estava contemplado no orçamento, mas que ainda teriam de elaborar o regulamento e que esse mesmo regulamento será apresentado à presente assembleia no mês de Abril. Afirmou também que algumas propostas da oposição se encontram igualmente contempladas no orçamento, tais como as dos miradouros e o fim de semana da juventude. Em jeito de conclusão, o presidente da JFSC enfatizou que na sua perspetiva estes investimentos refletem uma estratégia realista, ajustada



Assembleia de Freguesia de Santa Cruz

Ata 2025/5

Ordinária

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Mariana Martins

à capacidade financeira da freguesia, mas ambiciosa no que concerne ao desenvolvimento local. Considerou igualmente que este orçamento é um compromisso com a transparência e com a boa governação, comprometendo-se a gerir os recursos públicos com rigor, prestando contas à Assembleia e à população, promovendo uma relação de proximidade com os cidadãos. Reconheceu ainda que este orçamento pode não agradar a todos mas que acredita ser um orçamento honesto e exequível, tendo apelado à responsabilidade dos eleitos independentemente das legítimas diferenças políticas. Após a apreciação da proposta do Orçamento para o Ano Económico de 2026, a mesma foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com seis votos a favor do Partido Juntos Pelo Povo, seis abstenções por parte dos membros eleitos pela "Coligação Mais Santa Cruz" e um voto contra do Partido Chega.

(02) PONTO DOIS DA ORDEM DO DIA:

Apreciação e votação da Proposta do Plano de Atividades para o Ano Económico de 2026

O presidente da Assembleia passou a palavra ao presidente da Junta de Freguesia a fim de que este se pronunciasse sobre o plano de atividades para 2026. Este procedeu à apresentação da proposta do plano de atividades para o próximo ano, destacando o apoio aos estudantes universitários, cujo valor aumentou comparativamente ao ano transato. Referiu ainda que a questão de aquisição de material para recuperação de todo o património edificado da freguesia logo no início do ano se deve à tentativa de os adquirir a um preço mais em conta, prevendo o aumento do valor de mercado. Abordou igualmente os eventos de natureza social, cultural, desportiva e recreativa, referindo-se aos apoios dados pela JFSC aos clubes, escuteiros, entre outras. Destacou o apoio à natalidade, cujo valor está dependente dos nascimentos e a continuidade de eventos que a Junta tem vindo a realizar nos últimos anos, nomeadamente, a Festa Gastronómica e a Mostra da Tangerina. O presidente da JFSC informou que a calendarização das atividades poderão sofrer alterações devido às condições meteorológicas ou a outras questões. Após a apreciação da proposta do Plano de Atividades para o Ano Económico de 2026, a mesma foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com seis votos a favor do Partido Juntos Pelo Povo e sete abstenções, seis por parte dos membros eleitos pela "Coligação Mais Santa Cruz" e um do Partido Chega.

(03) PONTO TRÊS DA ORDEM DO DIA:

Apreciação nos termos da alínea e), do ponto 2, do artigo 9.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, das informações do Presidente da Junta acerca da atividade desta autarquia, desde 01 de setembro até 31 outubro 2025;

O Presidente da Junta, Rui Vieira, apresentou o relatório de contas das atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia correspondente ao período de um de setembro a trinta e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, salientando que as mesmas pertencem ao anterior executivo.

(04) PONTO QUATRO DA ORDEM DO DIA:

Período de intervenção do público;

Não houve intervenções do público, tendo o presidente da Assembleia de Freguesia, Filipe Freitas, agradecido a participação e a colaboração de todos.



Assembleia de Freguesia de Santa Cruz
Ata 2025/5
Ordinária

FR
LM
Mariana Martins

Observação:

Os pontos 1 e 2 da ordem de trabalhos, são aprovados em ata em minuta. Após a leitura da ata minuta, estes pontos foram aprovados com a seguinte votação: o ponto 1 foi aprovado por maioria com um voto contra do partido Chega, seis abstenções por parte dos membros eleitos pela Coligação Mais Santa Cruz e seis votos favoráveis por parte do partido Juntos Pelo Povo e o ponto 2 foi aprovado por maioria, com sete abstenções, seis dos membros eleitos pela Coligação Mais Santa Cruz e um do partido Chega e seis votos a favor por parte do partido Juntos Pelo Povo.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente do Assembleia declarou encerrada a reunião pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos. Para constar lavrou-se a presente ata redigida por nós, Mariana de Sousa Martins, Primeira Secretária, e Elsa Cristina Fernandes Teixeira, Segunda Secretária e subscrita conjuntamente com o Presidente de Assembleia de Freguesia, Filipe André de Jesus Freitas.

Santa Cruz, 18 de dezembro de 2025

Os Membros da Assembleia,

O Presidente,

Filipe Freitas

(Filipe André de Jesus Freitas)

A Primeira Secretária,

Mariana Martins

(Mariana de Sousa Martins)



Handwritten signature
Marcelo

Assembleia de Freguesia de Santa Cruz
Ata 2025/5
Ordinária

A Segunda Secretária,

Elsa Cristina Fernandes Teixeira
(Elsa Cristina Fernandes Teixeira)